

IC - Inquérito Civil n.º 06.2017.00004416-5

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por sua Promotora de Justiça Cristina Costa da Luz Bertoncini, titular da 6.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Palhoça, e Secretária de Saúde do Município de Palhoça, representada neste ato por Anna Paula Heiderscheidt; autorizados pelo §6º, do artigo 5º da Lei nº 7.347/85, e artigo 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/00, celebram, com supedâneo no artigo 127 da Constituição Federal, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é o Órgão encarregado de tutelar os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, de acordo com o que dispõe o artigo 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos da coletividade (art. 127, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, consoante dispõe o art. 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a promoção de estratégias e ações de redução de danos, voltadas para a saúde pública e direitos humanos, deve ser realizada de forma articulada inter e intra-setorial, visando, dentre outros aspectos, à redução dos riscos, das consequências adversas e dos danos associados ao uso de álcool e outras drogas para a pessoa, a família e a sociedade;

CONSIDERANDO que a entidade denominada Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS-AD apresenta uma série de irregularidades que ocasionam sérios prejuízos às pessoas que recebem

atendimento naquele local, razão pela qual foi instaurado o presente Inquérito Civil;

CONSIDERANDO que a entidade aludida atualmente atende pessoas portadoras de dependência química, que seu prédio precisa de algumas reformas e adequações;

RESOLVEM:

Celebrar TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fulcro no artigo 5º, parágrafo 6º da Lei nº 7.347/85, de 24 de julho de 1.985, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A COMPROMISSÁRIA se compromete a apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias:

1. Certificado de controle de vetores e pragas urbanas;
2. Atestados de saúde ocupacionais dos manipuladores de alimentos;
3. Cardápio assinado por nutricionista responsável.

CLÁUSULA SEGUNDA: A COMPROMISSÁRIA se compromete a apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias:

1. Plano de acessibilidade total às dependências da instituição, de modo a permitir que pessoas com deficiência possam transitar no local;
2. Completar os postos de trabalho, com a contratação de 01 (um) enfermeiro com formação em saúde mental e 02 (dois) profissionais de nível médio (técnico e/ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão), conforme determina a Portaria 336/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2002.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Ministério Público se compromete a:

1. Não utilizar os instrumentos jurídicos previstos, de cunho civil, contra a compromissária, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos;
2. Adotar todas as providências necessárias com escopo de exigir do Poder Público o efetivo auxílio às

entidades que abrigam pessoas portadoras de dependência química no Município de Palhoça;

3. Auxiliar o Centro de Tratamento Recanto paz e Bem, através de seu serviço de assistência social, bem como de outras formas possíveis, com o escopo de melhoria no tratamento dos internos do referido estabelecimento.

CLÁUSULA QUARTA: Em caso de não cumprimento do ajustado, a COMPROMISSÁRIA se submeterá a uma multa correspondente a 01 (um) salário mínimo por dia de descumprimento e atraso do que foi aqui avençado, cujo valor reverterá em favor do Fundo de reconstituição de bens lesados, além da imediata execução judicial da obrigação ora ajustada.

CLÁUSULA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça, para se dirimir eventuais questões deste ajustamento de conduta.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Ajustamento de Compromisso, em 2 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do parágrafo 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e artigo 585, inciso VII do Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ficam, desde logo, os presentes, cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei nº 7.347/85, e artigo 21 do Ato nº 135/OOMP.

Palhoça, 02 de abril de 2018.

CRISTINA COSTA DA LUZ BERTONCINI,  
PROMOTORA DE JUSTIÇA.